

O contributo de Bolonha na Prossecução da Qualidade no Ensino Superior

Criação:

A Comissão foi criada pelo Conselho Nacional da Qualidade (CNQ) em Novembro de 1996 tendo iniciado a sua actividade em Fevereiro de 1997.

Temas tratados ao longo deste ano:

- A ISO 9001:2008, Eng.º Almeida Júnior, 2009-01-21
- A certificação das entidades formadoras, DGERT, 2009-02-18
- Escolas da Diocese de Bafatá – Guiné-Bissau, 2009-03-18
- A Comunidade Virtual da CS11, Dr. José Pinto, GT 1, 2009-04- 15
- “Modelo Funcional dos Centros de Formação Profissional do IEFP”, Dr. José Alberto Leitão, Director do Departamento de Formação Profissional do IEFP, 2009-05-20

Temas tratados ao longo deste ano:

- Estruturas & Mecanismos de Promoção da empregabilidade nas Instituições do GT2, Dr.^a Marta Pile, 2009-06-17
- Apresentação ANAFS, GT1, 2009-07-15
- Implementação do Processo Bolonha na Instituições do GT2, Eng. José Pinto, 2009-09-16
- Avaliação Externa das Escolas, GT1 ,
- Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo, GT1 (workshop)
- Quadro de Avaliação e Responsabilização no Ensino Superior, Gt2

A Comunidade Virtual da CS/11

Comissão Sectorial para a Educação e Formação *on-line* (moodle)

<http://cseduform.ccems.pt>

A Comunidade Virtual

No espaço reservado ao grupo para o ensino superior (GT2):

- Criamos fóruns de debates
- Divulgamos:
 - ✓ Pesquisa sobre iniciativas, entidades, legislação e conhecimento produzido;
 - ✓ Acções diversas (seminários, congressos, *call for papers*);
 - ✓ Relatórios da participação de membros do grupo em acções;
 - ✓ Sites de interesse.

Temas Sessões Temáticas:

2007

- A Qualidade em Estabelecimentos de Ensino Superior. Exemplos de Boas Práticas, Novembro de 2007, IPQ, Caparica.
- Novas Oportunidades para a formação profissional no Turismo
- Auto-avaliação e avaliação externa: contributos para a qualidade e autonomia das Escolas

Temas Sessões Temáticas:

2008

- **Inovação e Qualidade no Ensino Superior**, Outubro de 2008, Reitoria da Universidade de Coimbra.
- “**Novas Oportunidades, novos Desafios**”, Novembro 2008, IPQ, Caparica .

Temas Sessões Temáticas:

2009

- Aplicação prática de sistemas de gestão e de modelos de avaliação da qualidade em instituições de ensino básico e secundário
- O Contributo de Bolonha na Prossecução da Qualidade no Ensino Superior

Promotores

- Comissão Sectorial para a Educação e Formação (CS/11)
- Instituto Português da Qualidade (IPQ)

Patrocinador

- Centro de Formação Profissional para a Qualidade (CEQUAL)

Objectivos

Divulgar práticas inovadoras no âmbito da aplicação das directivas do Regime de promoção da qualidade na prossecução dos objectivos de Bolonha, tendo em conta as directrizes do regime jurídico de avaliação do ensino superior no âmbito da oferta educativa, mobilidade e sistemas de qualidade.

Pretende-se promover o debate sobre as diferentes perspectivas e lógicas, individuais ou institucionais, no desenvolvimento de sistemas iniciativas de promoção e avaliação dos objectivos de Bolonha, com especial enfoque no seu contributo para a melhoria da Qualidade das Instituições de Ensino Superior.

PAINEL 1 – A OFERTA EDUCATIVA

Moderador: Prof. Doutor João Carlos Relvão Caetano,
*Pró-Reitor para o Reordenamento Institucional da
Universidade Aberta*

TEMA 1: Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

Orador: Prof. Doutor Tawfiq Rkibi, *Director do Instituto Superior
de Línguas e Administração*

TEMA 2: Novos Públicos e Internacionalização

Orador: Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, *Docente da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coordenador
do mestrado em "Património Europeu, Multimédia e Sociedade
de Informação"*

PAINEL 2 – A MOBILIDADE

Moderador: Prof. Doutor Sebastião Feyo Azevedo,
*Docente e Director do Departamento de Engenharia
Química da Faculdade de Engenharia da Universidade do
Porto; Delegado Nacional do Bologna Follow-Up Group*

TEMA 1: Estudantes

Orador: Dr. Carlos Sousa, *Agência Nacional PROALV
(Programa ERASMUS)*

TEMA 2: Docentes/investigadores/não docentes

Oradora: Prof. Doutora Helena Pereira, *Vice-Reitora da
Universidade Técnica de Lisboa*

PAINEL 3 – SISTEMAS DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Moderadora: Prof. Doutora Margarida Mano, *Pró-Reitora da Universidade de Coimbra*

TEMA 1: Sistemas de Gestão da Qualidade no Ensino Superior

Orador: Eng. Luís da Costa Lima,
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

TEMA 2: Sistemas Integrados de Qualidade

Oradora: Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida,
Pró-Reitora e Membro do Grupo Permanente para a Garantia da Qualidade da Universidade de Lisboa

Informações

Comissão Sectorial para a Educação e Formação

Rua António Gião, n.º 2

2829-513 Caparica

telefone 212 948 235

CS11@mail.ipq.pt

<http://cseduform.ccems.pt>

Obrigada pela atenção



Garantia de Qualidade

UNIVERSIDADE DE LISBOA



Política de Garantia de Qualidade da Universidade de Lisboa

Aprovada pela Deliberação n.º 58/2008,
da Comissão Científica do Senado de 13 de Outubro

**Política de Garantia de Qualidade
da Universidade de Lisboa**

Edição Reitoria da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa
Tel. +351 217 967 624 | +351 210 113 400
Fax. +351 217 933 624
reitoria@reitoria.ul.pt | www.ul.pt

Design Liliana Lopes Cardoso
Faculdade de Belas-Artes
da Universidade de Lisboa

Produção Gráfica www.texttype.pt

Tiragem 1500 exemplares

Dezembro 2008

Índice

- 7. **Preâmbulo**
- 9. **I. Política de Garantia de Qualidade**
 - 1.1. Objectivos e princípios orientadores
- 13. **II. Sistema de Garantia de Qualidade**
 - 2.1. Auto-avaliação
 - 2.2. Avaliação externa
 - 2.3. Momentos de avaliação
 - 2.4. Periodicidade dos momentos de avaliação
 - 2.5. Referenciais da avaliação
- 17. **III. Pilotagem fiável e autónoma**
 - 3.1. Formulação de orientações e códigos de boas práticas
 - 3.2. Procedimentos comuns de recolha e tratamento da informação
 - 3.3. Divulgação dos resultados da avaliação
 - 3.4. Utilização dos resultados da avaliação
- 21. **IV. Revisão da política de garantia de qualidade**
- 23. **V. Referenciais de avaliação das políticas de formação**
 - 5.1. Referenciais relativos à oferta de formação
 - 5.2. Referenciais relativos à gestão da formação
 - 5.3. Referenciais relativos à avaliação dos estudantes
 - 5.4. Referenciais relativos à avaliação da formação
- 25. **VI. Referenciais de avaliação das políticas de investigação**
- 27. **VII. Referenciais de avaliação dos serviços aos alunos e do apoio social**
- 28. **VIII. Referenciais de avaliação da política de gestão técnico-administrativa**
 - 8.1. Referenciais relativos à caracterização pessoal
 - 8.2. Referenciais relativos ao sistema organizacional
 - 8.3. Referenciais relativos ao sistema envolvente
 - 8.4. Referenciais relativos ao sistema da comunicação
- 31. **Lista de siglas**
- 31. **Glossário**



Ad Lucem

Preâmbulo

As mudanças em curso no Ensino Superior português, resultantes de alterações legislativas de âmbito nacional, de compromissos políticos assumidos no contexto europeu e de directivas da OCDE, tornam imprescindível a implementação de uma política de garantia de qualidade (GQ).

Com o objectivo de estabelecer o documento descritivo da política de GQ, foi constituído, pelo Despacho Reitoral nº R/6/2006, o *Grupo de Trabalho para a Garantia de Qualidade* da Universidade de Lisboa (UL), o qual foi incumbido da missão de definir os princípios e as finalidades da política de garantia da qualidade, os procedimentos de avaliação e de regulação comuns às diferentes unidades orgânicas (UO), institutos e outros e promover a construção de instrumentos de recolha de informação normalizados.

O presente documento é resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos anos de 2006 a 2008 pelo *Grupo de Trabalho para a Garantia de Qualidade* e constitui o primeiro passo para a definição e adopção pela UL de uma política de garantia de qualidade. O seu conteúdo foi publicamente apresentado em reuniões de docentes e de estudantes e discutido e enriquecido com contributos de diversas pessoas e instâncias. Aprovado pelo Senado da UL, em 13 de Outubro de 2008, expressa a orientação institucional da política de garantia de qualidade a seguir pela UL.

I



I · Política de Garantia de Qualidade

1.1. Objectivos e princípios orientadores

O Reitor da Universidade de Lisboa coordena e garante a aplicação das estratégias que asseguram o cumprimento dos objectivos institucionais estabelecidos, entre os quais se inclui uma política de garantia de qualidade. A efectivação da cultura da qualidade e as exigências decorrentes da necessidade de permanente actualização da missão institucional da UL tornam imprescindível a avaliação e revisão periódicas do sistema de GQ e das respectivas linhas orientadoras.

O sistema de GQ é constituído pelo conjunto de objectivos, dispositivos, actividades, processos e instrumentos que permite verificar em que medida a UL cumpre a missão consagrada nos respectivos estatutos e documentos estratégicos, em conformidade com os padrões de referência estabelecidos.

O sistema de GQ representa um compromisso de melhoria permanente da UL no seu desempenho, no contributo para o reforço da realidade comum da UL por parte das suas UO, institutos e outros e no envolvimento de todos os que para e nela trabalham na definição e cumprimento dos seus objectivos de cultura de qualidade.

A política de GQ pressupõe a participação activa de todos os elementos da comunidade académica e de parceiros sociais estratégicos nos processos de análise, reflexão e debate sobre a realidade e as perspectivas de futuro da Universidade de Lisboa, a partir da identificação dos desafios que se colocam a esta Instituição.

A política de GQ da UL tem como objectivos gerais **(i)** assegurar o processo contínuo de aperfeiçoamento institucional, para atingir e reforçar os níveis de excelência estabelecidos para o desempenho da sua missão, **(ii)** assegurar o exercício da responsabilidade da garantia da qualidade, **(iii)** definir modos de funcionamento caracterizados por eficiência, eficácia, transparência e visibilidade dos resultados alcançados, **(iv)** assegurar as condições adequadas à participação activa dos elementos da comunidade académica e da sociedade nos processos de análise, reflexão e debate sobre a realidade e as perspectivas de futuro da UL, **(v)** articular e apoiar as actividades dos gabinetes de avaliação das respectivas UO, institutos e outros.

A política de GQ da UL tem como objectivos específicos: **(i)** evitar a fragmentação da responsabilidade e da estrutura da garantia da qualidade; **(ii)** promover a aquisição de conhecimento sobre o processo da efectivação da GQ; **(iii)** regular a calendarização dos processos de auto-avaliação e da avaliação externa; **(iv)** estabelecer normas sobre a criação e manutenção de bases de dados, zelando pelo cumprimento do calendário estabelecido para aplicação e recolha dos instrumentos de avaliação e respectiva análise; **(v)** monitorizar o cumprimento dos processos; **(vi)** assegurar a divulgação das recomendações resultantes dos processos de avaliação bem como promover a respectiva aplicação; **(vii)** promover e apoiar a criação de gabinetes de GQ em cada UO, institutos e outros. A revisão e a actualização regular do sistema de avaliação da UL à luz das normas e critérios reconhecidos internacionalmente constitui parte integrante da política de GQ.

A fim de assegurar a implementação efectiva da política de GQ é recomendada a existência, na Reitoria da UL, de uma estrutura designada por *Gabinete de GQ*, cujo responsável é designado pelo Reitor, de quem depende e a quem responde directamente. O *Gabinete de GQ* deverá dispor dos recursos humanos com formação técnica e experiência adequadas às respectivas funções.

O *Gabinete de GQ* desenvolve a sua actividade em articulação com os gabinetes de avaliação das UO, institutos e outros, a fim de cumprir o objectivo geral número **(v)** reunindo periodicamente com vista a assegurar a integração da respectiva actividade no plano estratégico da UL. Serão criadas estruturas temporárias de trabalho, de composição transversal cuja necessidade seja reconhecida para intervir em processos cuja importância possa ser determinante para a concretização das orientações estratégicas da GQ na UL.

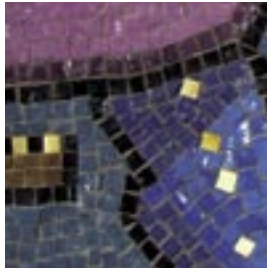
O *Gabinete de GQ* deve estar equipado com dispositivos que sejam garante de confidencialidade, de inovação e de procedimentos que permitam a continuidade dos processos de GQ.

A UL desenvolve processos permanentes de auto-avaliação, reunindo todos os requisitos necessários à avaliação externa. O *Gabinete de GQ* deve aferir, de modo eficaz, o desempenho das funções científicas, pedagógicas, culturais e

sociais, concretizadas no âmbito da missão plural da UL que engloba o ensino superior universitário, a investigação, a difusão do saber, a prestação de serviços à comunidade, o intercâmbio científico e cultural e outras formas de cooperação nacional e internacional.

O *Gabinete de GQ* é responsável pela criação, suporte logístico, funcionamento e aperfeiçoamento contínuo do seu sistema de auto-avaliação e de conformidade com os requisitos de avaliação externa.

II



II · Sistema de Garantia de Qualidade

2.1. Auto-avaliação

A) Responsabilidade da UL na definição e na condução do processo de avaliação

No quadro do sistema de GQ da UL a auto-avaliação é perspectivada como um ciclo contínuo de momentos de exame da forma como aquela, no seu conjunto, e cada UO, cada serviço, cada docente e cada funcionário, em particular, asseguram, no respectivo nível de competência, a excelência do desempenho institucional. Este sistema é também composto pela definição de formas e de momentos de introdução de melhorias. Os processos de auto-avaliação inscrevem-se nos procedimentos normais de gestão dos colectivos institucionais, aos diferentes níveis.

Os resultados dos processos de avaliação constituem um elemento essencial a utilizar na superação dos pontos fracos detectados e no fortalecimento das áreas de excelência, visando uma melhoria global. Os referidos resultados devem ter uma divulgação pública adequada, contribuindo para um melhor conhecimento externo da Instituição, das suas necessidades, potencialidades e realizações.

B) Participação

No processo de avaliação participam todos aqueles que estão directamente envolvidos nas actividades da UL: alunos, docentes, investigadores e funcionários. A participação destes actores na definição e execução da política de GQ é reconhecida como um direito e também como um dever. Será solicitado parecer, sempre que se considere adequado, e de acordo com a natureza das situações em causa, ao Provedor do Estudante, ao Conselho de Gestão e ao Conselho Universitário. Também o Reitor, sempre que o entender necessário, consultará o Senado.

O processo de auto-avaliação compreende também a consulta de interlocutores exteriores à UL: elementos dos meios profissionais, comunidade científica, antigos alunos, empregadores, utentes de serviços e parceiros institucionais. Procura-se, deste modo, conhecer a imagem pública da UL, o impacto social da sua acção, a eficácia externa das suas políticas e a pertinência social das suas formações.

2.2. Avaliação externa

A avaliação externa complementa o processo de auto-avaliação, acrescentando-lhe a credibilidade do julgamento da comunidade académica nacional e internacional. Sem prejuízo de outras formas de avaliação externa, a UL empenha-se na concretização da avaliação internacional proposta em sede da *European University Association (EUA)*.

2.3. Momentos de avaliação

O sistema de GQ, enquanto dispositivo de auto-regulação institucional, presuppõe momentos periódicos de avaliação da qualidade que pretende assegurar. Decorrente dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa resulta a análise cíclica dos dispositivos, dos processos, dos resultados e da respectiva coerência face aos objectivos institucionais.

Estes momentos de análise conduzirão, obrigatoriamente, à tomada de decisões conducentes à melhoria do desempenho das pessoas, dos colectivos e das instituições. Por sua vez, a execução de tais decisões será avaliada, num processo contínuo de avaliação/decisão/execução/avaliação.

A avaliação toma como ponto de partida e referência essencial o valor da cultura de qualidade e objectivos fundamentais da UL e de cada uma das UO, institutos e outros que a compõem. Nesta medida, cada um deles deve empenhar-se em proceder a uma explicitação clara de objectivos, nos domínios educacional, investigação e de relação interinstitucional nacional e internacional.

2.4. Periodicidade dos momentos de avaliação

O sistema de GQ garante momentos de auto-avaliação periódica e de avaliação externa que são assegurados pelo Gabinete de GQ através de procedimentos permanentes de gestão da qualidade.

Todos os intervenientes nos processos de auto-avaliação têm o dever de cumprir os prazos e calendários fixados para as avaliações.

A periodicidade dos processos formais de avaliação, é a seguinte:

1. A avaliação das unidades curriculares é realizada com a periodicidade correspondente à sua duração (por norma, semestral), imediatamente após o seu término.
2. A avaliação das UO, institutos, reitoria e outros incluindo os respectivos departamentos, cursos, serviços, pessoal docente e não docente, é realizada anualmente, em conformidade com as disposições legais em vigor.
3. A avaliação dos centros de investigação é realizada anualmente, sem prejuízo de outras modalidades de avaliação determinadas por lei.
4. A avaliação da UL, no seu conjunto, realiza-se ciclicamente, de quatro em quatro anos.

2.5. Referenciais da avaliação

Os referenciais definem o padrão de exigência a partir do qual se elaboram códigos de boas práticas, institucionalizando as regras de conduta a vigorar na UL, em conformidade com o direito e com os padrões aceites internacionalmente, com a ética e a deontologia profissional.

III



III · Pilotagem fiável e autónoma

A aplicação da política de GQ assenta num sistema de informação integrado, o qual, a partir de uma recolha sistemática, coerente e abrangente de informação permite o conhecimento das expectativas, realidades, especificidades, satisfação e necessidades dos membros da UL ou dos que com ela se relacionam. O bom funcionamento do referido sistema resulta da utilização de bases de dados compatíveis, actualizadas e fidedignas cujo preenchimento obedece a procedimentos e critérios normalizados de introdução de dados. A confidencialidade e o rigor no tratamento dos dados são assegurados pelo estrito cumprimento das disposições legais em vigor e pelo respeito pelos princípios deontológicos aplicáveis.

A pilotagem do Sistema de GQ rege-se por padrões internacionalmente reconhecidos e incide sobre as seguintes áreas:

1. Actividades de formação (graduada, pós-graduada e outras);
2. Actividades de investigação;
3. Actividades de divulgação científica e cultural;
4. Serviços aos alunos e apoio social;
5. Serviços à comunidade;
6. Gestão e suporte logístico.

A recolha e tratamento dos dados é realizada de acordo com a Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados. Os resultados da avaliação serão transmitidos ao Reitor que deles dará conhecimento às direcções das UO, institutos e outros.

3.1. Formulação de orientações e códigos de boas práticas

A avaliação e a recolha de informação, enquanto pilares estruturantes do sistema de GQ, permitem identificar as áreas que reclamam intervenções, tanto no sentido da introdução de melhorias, como no do reforço da excelência.

A definição, em sede do sistema de GQ, de orientações, códigos de boas práticas

ou procedimentos a implementar por todas as UO, institutos, Reitoria e outros, constitui um mecanismo de harmonização e de aplicação coerente dos padrões de qualidade, que a UL se compromete a respeitar através do Gabinete de GQ.

3.2. Procedimentos comuns de recolha e tratamento da informação

Os procedimentos e instrumentos de recolha e de tratamento de dados são uniformes e conduzem a resultados que asseguram a existência de um núcleo comum de informações. A uniformização situa-se a diferentes níveis:

1. Referenciais de exigência;
2. Elenco de indicadores;
3. Instrumentos de recolha de informação;
4. Codificação da informação;
5. Critérios de interpretação e de divulgação dos resultados.

O cumprimento dos objectivos do sistema de GQ proporciona a obtenção de dados fiáveis e faculta resultados fidedignos que viabilizam a respectiva divulgação e utilização nos processos de tomada de decisão da UL.

3.3. Divulgação dos resultados da avaliação

É requisito inerente ao Sistema de GQ da UL definir as condições de divulgação de informação relevante, de forma objectiva e imparcial, diversificada e abrangente, de modo a que o *Gabinete de GQ* assegure a concretização dessa mesma divulgação. Fica garantida a transparência dos princípios de actuação, da forma de funcionamento para o levantamento das actividades e da análise dos resultados obtidos pelo *Gabinete de GQ* da UL. Constituem informação relevante os resultados das avaliações regulares e de estudos sobre aspectos específicos do funcionamento da instituição.

A divulgação dos resultados das avaliações obedece às normas internas da UL e respeita as seguintes orientações gerais:

1. Os resultados das diferentes avaliações de UC, cursos, centros e serviços têm uma divulgação interna anual; são objecto de divulgação externa as conclusões

e os resultados considerados relevantes das avaliações dos cursos, dos centros de investigação e dos serviços com interface com o público.

2. As conclusões da avaliação institucional da UL (quadrienal) são objecto de divulgação e de debate interno.
3. Concluído o processo, a UL elabora um relatório final para publicação.

3.4. Utilização dos resultados da avaliação

Os resultados da avaliação são analisados pelos órgãos próprios, estatutariamente definidos, e debatidos pelos interessados.

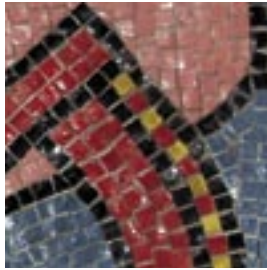
As conclusões da avaliação serão utilizadas, de forma sistemática, para melhorar a acção institucional no seu todo, assim como os desempenhos individuais, os resultados de cada curso, de cada centro de investigação e de cada serviço, e devem orientar a acção dos órgãos institucionais competentes, aos quais cabe planear e assegurar a execução das mudanças a introduzir.

Para tal, devem observar-se os seguintes procedimentos:

1. Os coordenadores de cada curso, formação, centro de investigação ou serviço elaborarão e apresentarão para aprovação nos órgãos próprios de deliberação da UL ou das UO, consoante o caso, um *plano de melhoria*, no prazo máximo de dois meses após a divulgação dos resultados da avaliação.
2. Dos planos de melhoria deve constar a calendarização da implementação das medidas propostas, competindo aos órgãos de deliberação que os aprovaram assegurar o acompanhamento da respectiva realização. Cabe ainda aos referidos órgãos, quando tal for o caso, definir as modalidades de responsabilização pelo não cumprimento das acções planeadas.

As avaliações subsequentes procurarão verificar se as medidas tomadas produziram os efeitos esperados, aferindo da eventual necessidade de optar por estratégias alternativas de intervenção.

IV



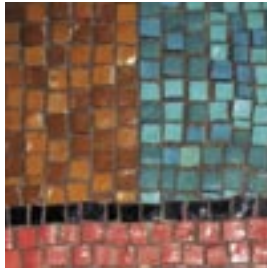
IV · Revisão da política de garantia de qualidade

A política de GQ visa o constante aperfeiçoamento e crescente valorização da UL. O Gabinete de GQ efectuará, de forma periódica, a respectiva revisão da política de GQ.

Os procedimentos do *Gabinete de GQ* são obrigatoriamente revistos aquando da avaliação institucional da UL e as conclusões deste exame devem ser traduzidas em propostas de funcionamento a serem submetidas ao Reitor.

A política de GQ ora delineada perspectiva-se como um processo aberto e evolutivo, de forma a contribuir para a excelência, reconhecimento nacional e internacional da UL.

V



V · Referenciais de avaliação das políticas de formação

5.1. Referenciais relativos à oferta de formação

- a) A oferta de formação é pertinente face à missão da UL, aos seus objectivos a médio prazo e ao contexto social?
- b) A oferta de formação é coerente face aos meios de que dispõe a instituição, quer humanos, quer financeiros, quer logísticos?
- c) A oferta de formação é entendida pelo público e os objectivos de formação estão claramente definidos?
- d) A formação contínua faz parte integrante da oferta de formação?
- e) A oferta de formação ao nível da graduação está concebida de forma a integrar o aluno na vida e no tipo de trabalho universitário?
- f) A oferta de formação ao nível da pós-graduação apoia-se na investigação e na colaboração com organizações sociais relevantes?
- g) A oferta de formação é concebida numa perspectiva de mobilidade dos estudantes e dos profissionais?
- h) A oferta de formação inicial propõe uma preparação para a inserção profissional?

5.2. Referenciais relativos à gestão da formação

- a) As formações são realizadas em boas condições?

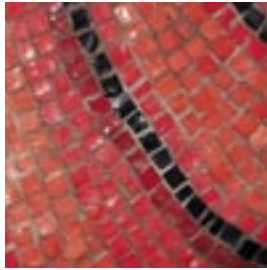
5.3. Referenciais relativos à avaliação dos estudantes

- a) A avaliação dos estudantes é feita de molde a garantir que títulos e graus sejam atribuídos de forma incontestável?
- b) A UO certifica-se de que os seus regulamentos de avaliação estão a ser cumpridos?

5.4. Referenciais relativos à avaliação da formação

- a) A avaliação da formação é feita de forma sistemática e participada?
- b) Existe uma política de aperfeiçoamento pedagógico dos docentes?
- c) Os resultados das avaliações são utilizados de forma sistemática para melhorar as formações?

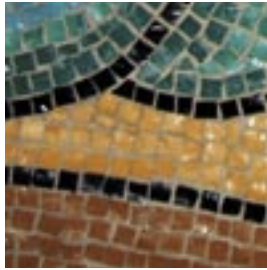
VI



VI · Referenciais de avaliação das políticas de investigação

- a) A instituição define as suas prioridades de investigação, conhece as suas forças e fraquezas e faz um planeamento adequado?
- b) A instituição encoraja o dinamismo da investigação e a sua inserção num contexto transnacional?
- c) A instituição tem uma política de valorização e difusão dos resultados da investigação e de sinergia entre investigação e formação?

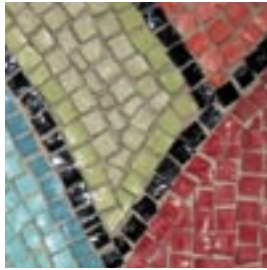
VII



VII · Referenciais de avaliação dos serviços aos alunos e do apoio social

- a) A UO tem uma política de acolhimento dos novos alunos?
- b) A UO tem uma política de acolhimento dos alunos estrangeiros?
- c) Todos os estudantes dispõem de um endereço electrónico e acesso a equipamento informático?
- d) Todos os estudantes dispõem de um dossier pessoal *on-line* ao qual têm acesso?
- e) Os estudantes dispõem de um serviço de informação e de orientação?
- f) A instituição propõe aos estudantes que o desejam um módulo de apoio à construção do seu projecto de estudos e profissional?
- g) A instituição propõe informação e acompanhamento de públicos específicos: trabalhadores/estudantes, portadores de deficiência, desportistas de competição, e outros?
- h) Os horários dos serviços são compatíveis com os diferentes horários dos estudantes?
- i) As bibliotecas têm horários de funcionamento alargados?
- j) A instituição propõe aos estudantes que o desejam um módulo de formação à pesquisa documental?
- k) A instituição propõe módulos específicos aos estudantes em dificuldade, nomeadamente módulos de métodos de aprendizagem?
- l) Existe um dispositivo transversal de aprendizagem de línguas?
- m) Existe um dispositivo transversal para aprendizagem de utilitários informáticos?
- n) A instituição favorece a participação dos estudantes na vida institucional?
- o) A participação dos estudantes na vida cultural e desportiva da instituição é objecto de um reconhecimento específico?
- p) A instituição oferece a todos os estudantes oportunidades de praticar desporto e de desenvolver a cultura física?
- q) A instituição tem uma política de medicina preventiva?
- r) A instituição tem uma política própria de apoio social, adequada aos seus públicos e que promova a qualidade de vida estudantil?

VIII



VIII · Referenciais de avaliação da política de gestão técnico-administrativa

8.1. Referenciais relativos à caracterização pessoal

- a) A instituição identifica as necessidades quanto ao número e qualificações do pessoal para funções técnico-administrativas?
- b) A instituição preocupa-se com o grau de satisfação do pessoal técnico-administrativo?

8.2. Referenciais relativos ao sistema organizacional

- a) A instituição define objectivos para o funcionamento dos serviços técnico-administrativos?

8.3. Referenciais relativos ao sistema envolvente

- a) A instituição incentiva o estabelecimento de convênios nacionais e transnacionais?
- b) A instituição incentiva o tecido empresarial a pronunciar-se sobre a utilidade, qualidade, pertinência dos cursos de formação?

8.4. Referenciais relativos ao sistema da comunicação

- a) A instituição incentiva o estabelecimento de sistemas de comunicação diversificados?

Lista de Siglas

GQ: Garantia de Qualidade

UL: Universidade de Lisboa

UO: Unidade Orgânica

UC: Unidade Curricular

ECTS: *European Credit Transfer System*

Glossário

Auto-avaliação: “Processo continuado e concertado entre os actores interessados, de análise e apreciação, no todo ou em parte, da forma como a instituição realiza a sua missão educativa, a fim de se adaptar a um mundo em evolução, de fundamentar a tomada de decisão e de prestar contas à sociedade” – Conseil Supérieur d’Éducation (1999) *L’Évaluation Institutionnelle en Éducation*. Canada, Québec: CSE.

Critério: “Característica ou propriedade de um objecto segundo a qual ele é submetido a um julgamento” De Landsheere, G. (1979). *Dictionnaire de l’Évaluation et de la Recherche en Éducation avec lexique anglais-français*. Paris: P.U.F.

Garantia de qualidade: Conjunto das actividades pré estabelecidas e sistemáticas realizadas no quadro de um sistema de qualidade e demonstradas enquanto necessidade para conferir o reconhecimento de que uma entidade satisfaz as exigências para a qualidade.

Gestão da qualidade: Conjunto das actividades da função geral de gestão que determinam a política de qualidade, os objectivos e as responsabilidades e que as fazem executar por meios tais como a planificação da qualidade, a garantia da qualidade e a melhoria da qualidade, no quadro do sistema de qualidade.

Indicador: “Variável perfeitamente identificável, utilizada para caracterizar (qualificar ou quantificar) os objectivos, metas ou resultados”.

Referencial: Série de características tomadas como modelo ou ponto de apoio.

“Standard”: “Grau ou nível de exigência, de excelência ou de conhecimentos estabelecido tendo em vista a tomada de uma decisão (admissão, sucesso, etc.)”

De Landsheere (*ibidem*).

Tradução de “Quality Assurance”: Em França, a tradução oficial do Conselho Nacional de Educação (CNE) do documento europeu (*Standards and guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*) decidiu adoptar a expressão “management de la qualité” e não “assurance de la qualité”, porque considerou que a primeira é mais englobante e mais conforme face ao alcance dos processos propostos no relatório europeu.

Validar: “Fornecer a prova de que o procedimento de teste utilizado permite uma avaliação correcta do que ele pretende medir ou predizer” – De Landsheere (*ibidem*).



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

O Contributo de Bolonha na Prossecução da Qualidade no Ensino Superior

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

Tawfiq Rkibi

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

1- Considerações iniciais

- Objectivos relevantes da reforma
- Face visível da reforma
- Face menos visível da reforma

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

2- Factores condicionantes

- RJIES
- Universitário vs Politécnico

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

3- Algumas consequências

- Problemas de comparabilidade
- Resistência cultural
- Corpo docente
- Custos
- Acesso de maiores de 23 anos
- Facilitismo

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LINGUAS E ADMINISTRAÇÃO



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

4- Que respostas?

- No que se refere aos docentes
- No que se refere aos discentes
- No que se refere aos meios
- No que se refere à estrutura curricular

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO



ISLA
LISBOA

Ensino Universitário

| DESDE |
| 1962 |

O Contributo de Bolonha na Prossecução da Qualidade no Ensino Superior

Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

Tawfiq Rkibi

www.isla.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO



Novos públicos e internacionalização

Joaquim Ramos de Carvalho

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra



Resumo

- Apresentar o EuroMACHS, um mestrado internacional na era de Bolonha
- Reflectir sobre o que Bolonha facilita e o que permanece complicado
- Acentuar a dimensão da Qualidade e como se liga com os conceitos de Bolonha



EUROMACHS

NETWORK FOR EUROPEAN DIGITAL MEDIA AND CULTURAL HERITAGE STUDIES

<http://www.euromachs.net>

EXPAND THE HORIZONS OF YOUR HUMANITIES' DEGREE

Do you have a degree in History, Heritage or similar?

Want to further your professional profile in a challenging and meaningful way?

Take the new innovative European Masters degree in

EUROPEAN HERITAGE, DIGITAL MEDIA AND THE INFORMATION SOCIETY

an European Masters programme



Partners

UNIVERSITY OF COIMBRA, PORTUGAL (COORDINATOR)

UNIVERSITY OF COLOGNE, GERMANY.

UNIVERSITY OF TURKU, FINLAND

UNIVERSITY OF LECCE, ITALY





Características do mestrado

- É um mestrado profissional na área das Humanidades
- É multinacional e tem um público alvo internacional
- É *project-based*



Mestrado profissional

nas Humanidades...



OH! THE HUMANITIES...!

ENDLESS TALK OF PARADIGMS
POST-MODERNISM
AFFIRMATION
ACTION
PHILOSOPHICAL
PARALYSIS
DECONSTRUCTIVISM
POLITICAL CORRECTNESS
HISTORICAL
REVISIONISM
WONKY
ECONOMICS
CONTEXTUAL
ISATION
FEAR OF SCIENCE
REALISM OF KNOWLEDGE

NOW SHOWING
... AT A UNIVERSITY NEAR YOU...

rick



Economy of Culture in Europe, 2006

Foreword.....	p.21
Introduction.....	p.23
Chapter I.	
Introduction. The economy of culture in Europe – Background and context.....	p.27
SECTION I. THE POLITICAL, ECONOMIC AND SOCIAL DIMENSIONS OF CULTURE.....	p.29
I. The political dimension.....	p.29
II. The economic and social dimension(s) of culture.....	p.30
III. The economy of culture: A sector of growth.....	p.35
III.1. The economy of cultural goods and services.....	p.35
III.2. The ICT revolution: Increased growth opportunities for the cultural & creative sector.....	p.35
SECTION II. FROM CULTURE TO CREATIVITY	p.36
I. Grasping creativity	p.36
II. Realising the Lisbon strategy: understanding the competitive advantage of creativity in the global economy.....	p.38
II.1. The creative imperative in a post-industrialised economy to foster innovation.....	p.38
II.2. The territorial dimension of culture and creativity – “glocality”.....	p.38



Economia da Cultura

- Sector emergente, poucos estudos.
- 654 mil milhões de euros 2003/Europa-15
- Indústria automóvel :271, TICs 541.
- 2.6% do PIB Europeu.
- Crescimento 19.7% 1999-2003.
- Emprego cresceu 1.85% 2002-2004.
- Trabalhadores com grau ES=46.8%.



The growth of creative content and the expansion of the ICT sector are the two sides of a same coin.

Technology and in particular the growing diffusion and importance of the Internet is the major driver for growth in the creative media and Internet industry (provided the issue of piracy is properly addressed). The impact on media consumption has been huge in recent years and it will be the major factor for the sector in the future. At the same time creative content is a key driver for ICT uptake. The consultancy firm PriceWaterhouseCoopers estimates that spending on ICT-related content will account for 12% of total increase in global entertainment and media spending until 2009.



Estratégia

- EuroMACHS centra-se na necessidade de um novo tipo de profissional:
- um "actor de fronteira" capaz de fazer ponte entre as Humanidades e os Novos Meios.



Objectivo

- Objectivo geral:
 - um programa de estudos de elevada qualidade que faça a ponte entre Conteúdos, Património Cultural e Histórico, e Novas Tecnologias.
- Perfil:
 - profissionais capazes de comunicar ao mesmo tempo com especialistas de conteúdos e peritos em tecnologias digitais para desenhar, planificar e executar projectos complexos para a indústria de conteúdos.
- Publico alvo:
 - estudantes com um primeiro ciclo em Humanidades.

Áreas

- Multimédia e Jogos
- Bibliotecas Digitais Multimédia
- e-Learning e Cultura Digital
- Sistemas de Informação Histórico-Geográficos

S
MBRA



Mestrado multinacional

público internacional



Como funciona?

- Cada universidade capta os seus estudantes
- Primeiro semestre:
 - Estudantes nas suas instituições de inscrição.
 - Conteúdos coordenados.
 - Estudantes colaboram online e decidem destino para o segundo semestre.





- Segundo semestre
 - Estudantes deslocam-se para outras universidades.
 - Projectos executados por equipas multinacionais.
- Terceiro e Quartos Semestres
 - Estudantes voltam universidades de inscrição para produzirem projecto / relatório / tese.
 - Teses normalmente co-orientadas por professores de diferentes universidades.



Projecto

Ensino baseado em projectos



ABOUT US

PROJECT INFO

MINORITIES

VIKINGS

**PORTUGUESE
HERITAGE**





VIAGENS AO PASSADO >> 1527 >> Representação de Gil Vicente >> Ambiente



CONTEXTO > AMBIENTE < SOCIEDADE PERSONAGENS



Mobiliário Tapete Tecto

Mobiliário



O mobiliário começou a desenvolver-se à medida que o Homem se foi fixando, isto é, com o abandono do nomadismo. Começou, num conjunto de equipamentos e utensílios, que assumem utilidades específicas, facilitadoras das actividades do quotidiano; e pode ter, também, funções simbólicas ou religiosas.

A história do mobiliário tem acompanhado, em pleno, a história do Homem (política, social e artisticamente). O mobiliário evoluiu de acordo com as necessidades humanas, as capacidades técnicas e a sensibilidade estética, pelo que, as suas características variam consoante a região e a época em que é produzido, sendo as suas diversas estéticas passíveis de inserir nos grandes movimentos da história da arte.

A primeira metade do século XVI é um período

VERKKOJEN_YÖ
minä/me/us

Rosenlew-museo 18. tammikuuta 2008

18:00-20:00 Yhdessä yhteisössä
 Keskustellaan internetyhteisön merkityksestä lapsille, nuorille ja aikuisille

20:30-22:30 Internet ja tulevat haasteet
 Oman panoksensa keskustelupaneelissa antaa vuoden 2007 poliisi rikosylikonstaapeli Marko Levonen

23:00-00:30 Minä supermies
 Keskustellaan pelaamisen merkityksestä ja peli-identiteetistä

18:00-01:00 Minä/me/us-näyttely
 Esillä on lyhytvideoita, joissa erilaiset ihmiset kertovat suhteestaan nettiin, ja luodaan roolihahmoja interaktiivisesti

Vapaa pääsy

picture by edronoff - mark@edronoff.com

edronoff



Estado actual

- Segunda edição: cerca de 30 estudantes. Portugal, Itália, Alemanha, Finlândia, Grécia, Canadá
- Incluído na brochura “Creativity and Innovation: Best Practices from European Programmes”, Março 2009



Creativity and Innovation
Best practices from EU programmes



Creativity
and Innovation
European Year 2009



New Masters programme
offers important employment
opportunities



Bolonha facilita a internacionalização

...mas permanecem problemas



Programa oficialmente internacional

15238

Diário da República, 2.ª série — N.º 68 — 7 de Abril de 2008

- As unidades curriculares fornecidas em cada universidade estão registada em DR.
- Cada universidade acreditou a mesma estrutura.
- Isso permite mobilidade sem equivalências

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Gestão avançada de projectos nas indústrias de conteúdos / <i>Advanced project management in the content industries.</i>	PRODCONT	Semestral	270	S:45	10	

Notas. — No segundo semestre espera-se que a totalidade, ou grande maioria, dos estudantes, se desloque para uma das universidades parceiras, dentro do programa ERASMUS, onde completarão a parte curricular, segundo as suas preferências de especialização. Os seminários facultados pela Universidade de Coimbra no segundo semestre são os que constam do presente quadro e serão frequentados por estudantes das várias universidades envolvidas no grau conjunto, assim como pelos estudantes locais que não usufruírem da hipótese de mobilidade no segundo semestre. São ministrados em língua inglesa.

QUADRO N.º 4

(Universidade de Coimbra, 3.º e 4.º semestres)

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Seminário de orientação (no âmbito da preparação da dissertação) Estágio e Dissertação	HISTPAT	Anual	270	OT:90	10	
	HISTPAT	Anual	1350	0	50	

Universidade de Colónia, Alemanha

QUADRO N.º 5

(Universidade de Colónia, 1.º semestre)

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
<i>Common Online Seminar Information Technology in the Historical Cultural Disciplines</i>	PRODCONT	Semestral	275 *	S:45 *	11	
	PRODCONT	Semestral	475 *	S:45 *	19	



Bolonha ajuda

- Conceitos fundamentais:
 - ECTS, escala ECTS, objetivos de aprendizagem
- Facilitam o desenho curricular em contexto multinacional.
- Programas Europeus apoiam criação de programas conjuntos (financiamento de 86.000 euros)
- Bolsas Erasmus usadas “estruturadamente”



Bolonha não resolve

- Calendários escolares altamente diferentes!
 - Um dos “detalhes” com maior impacto (negativo) neste tipo de programa.
- Assimetrias de propinas/custos
- Neste caso concreto: articular áreas diferentes nas mesmas instituições



Questões de Qualidade

- A questão da Qualidade é essencial neste tipo de oferta educativa.
- A existência de uma estratégia de qualidade é um requisito dos programas de financiamento.
- Mas é sobretudo um modo de “sincronizar” processos e explicitar os princípios fundamentais da cooperação.



Quality Assurance Strategy

EuroMACHS 1



EUROPEAN MASTER PROGRAMME IN

EUROPEAN HERITAGE
DIGITAL MEDIA
AND THE INFORMATION SOCIETY

QUALITY ASSURANCE STRATEGY

VERSION 1

EuroMACHS Quality Assurance Strategy

INTRODUCTION	3
MISSION AND VALUES	3
COMMITMENT TO QUALITY ENHANCEMENT	3
AIMS AND GOALS RELATED TO QUALITY	4
PROCESSES AND TOOLS	4
THE STUDY GUIDE AS A REFERENCE FOR THE PROGRAMME	4
THE ROLE OF FEED BACK MECHANISMS	4
THE PROGRAMME REVIEW, TWICE A YEAR	5
BENCHMARKING	5
ADEQUATE MARKETING STRATEGIES	6
USE OF ICT INFRASTRUCTURE, ERASMUS MOBILITY	6
USE OF ECTS CONCEPTS AND GUIDELINES	6
INDICATORS	7
DOCUMENTATION	7
RESPONSIBILITIES	8
ANNEXES	9



Internacionalização, Bolonha e Qualidade

- Simbiose: entre as dimensões da Internacionalização, Bolonha e uma perspectiva centrada na Qualidade.
- Conceitos de Bolonha:
 - ECTS, objetivos de aprendizagem, graus e escalas comparáveis
 - referencial para a definição de objetivos e processos.
- Muitos processos herdados da mobilidade organizada.



O futuro

- O EuroMACHS ainda tem um longo caminho a percorrer
- Mas alguns resultados relevantes conseguiu:
 - Quatro universidades Europeias oferecem um curriculum articulado pensado para um público internacional.
 - Uma estratégia de qualidade partilhada, objetivos de aprendizagem partilhados, abordagens diferenciadas.
 - Formamos graduados para o mercado Europeu, podem trabalhar em qualquer lugar.



<http://www.euromachs.net>

joaquim@dei.uc.pt

AGÊNCIA NACIONAL PROALV
PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

*Promover a Mobilidade
de
Estudantes*

*O Programa Erasmus e o
Processo de Bolonha*





O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha:

1. Oportunidades de Mobilidade Erasmus – Mobilidade de Estudantes
2. Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social
3. Obstáculos/Desafios à Mobilidade Erasmus – Reconhecimento, Cooperação e Empregabilidade

O processo de Bolonha visa **eliminar os obstáculos à mobilidade** (seja no reconhecimento de graus, de períodos de estudos e de estágios profissionais com o sistema de ECTS e/ou com o Suplemento ao Diploma, seja na obtenção de vistos e de autorizações de trabalho), **incentivando a participação em programas de mobilidade** e promovendo o acesso a **financiamentos** previstos pelas legislações nacionais ou da União Europeia. Neste sentido, o **Programa Erasmus**, no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, traz um **contributo fundamental** ao processo de Bolonha.



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

Oportunidades de Mobilidade Erasmus

Mobilidade de Estudantes



*O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Oportunidades de mobilidade*

PROGRAMA ERASMUS

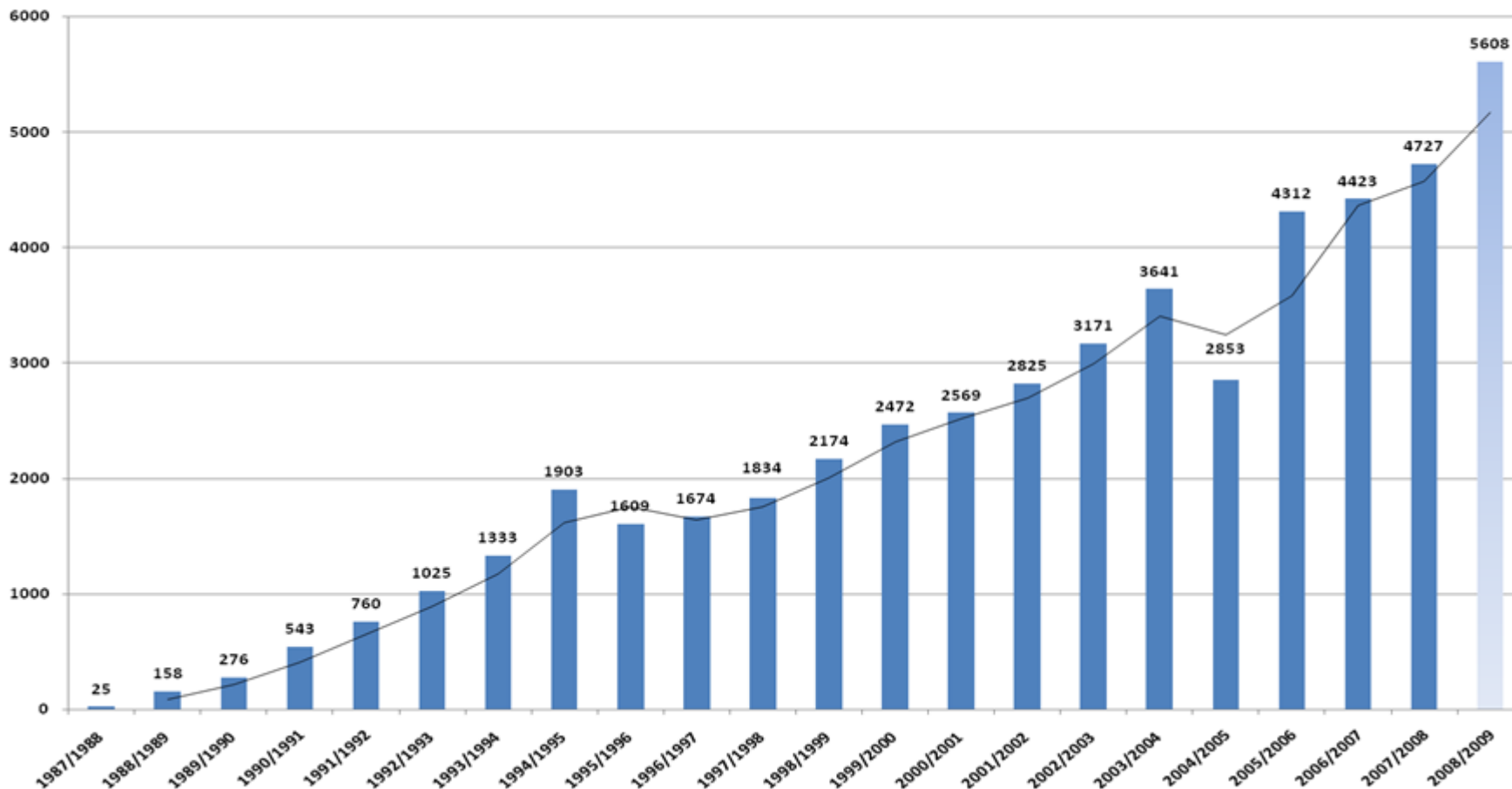
Estudantes	Docentes e não-Docentes	Instituições de Ensino Superior	Empresas
<ul style="list-style-type: none">- Período de Estudos (SMS)- Período de Estágio Profissional Erasmus (SMP)-Preparação Linguística (EILC)	<ul style="list-style-type: none">- Missões de Ensino (STA)- Períodos de Formação (STT)	<ul style="list-style-type: none">- Programas Intensivos (IP)- Redes Temáticas- Projectos Multilaterais- Consórcios Erasmus	<ul style="list-style-type: none">- Estágios Profissionais Erasmus (SMP)- Missões de Ensino (STA)-Períodos de Formação (STT)- Cooperação Universitária- Consórcios Erasmus



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Oportunidades de mobilidade

Mobilidade de Estudantes Erasmus

(Estudos e Estágios Profissionais Erasmus - 22 anos, 50 mil mobilidades)





O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Oportunidades de mobilidade

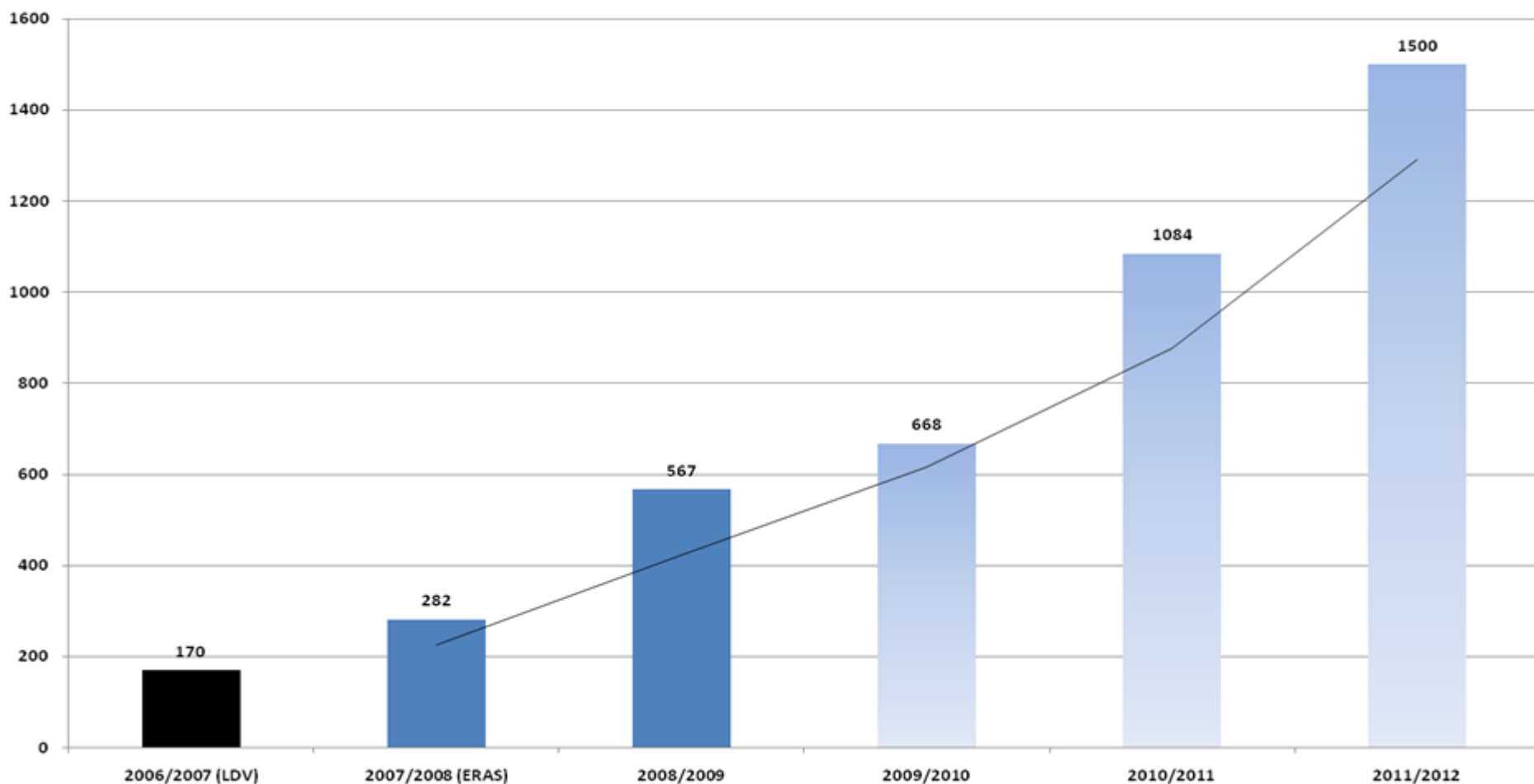
Mobilidade Erasmus

Ciclos de Estudos

Anos Acadêmicos	1º Ciclo	%	2º Ciclo	%	3º Ciclo	%	Total	Total_%
2007/2008	3891	82,31%	835	17,66%	0	0,00%	4727	100,00%
2006/2007	4360	98,58%	57	1,29%	5	0,11%	4423	100,00%
2005/2006	4279	99,23%	29	0,67%	3	0,07%	4312	100,00%

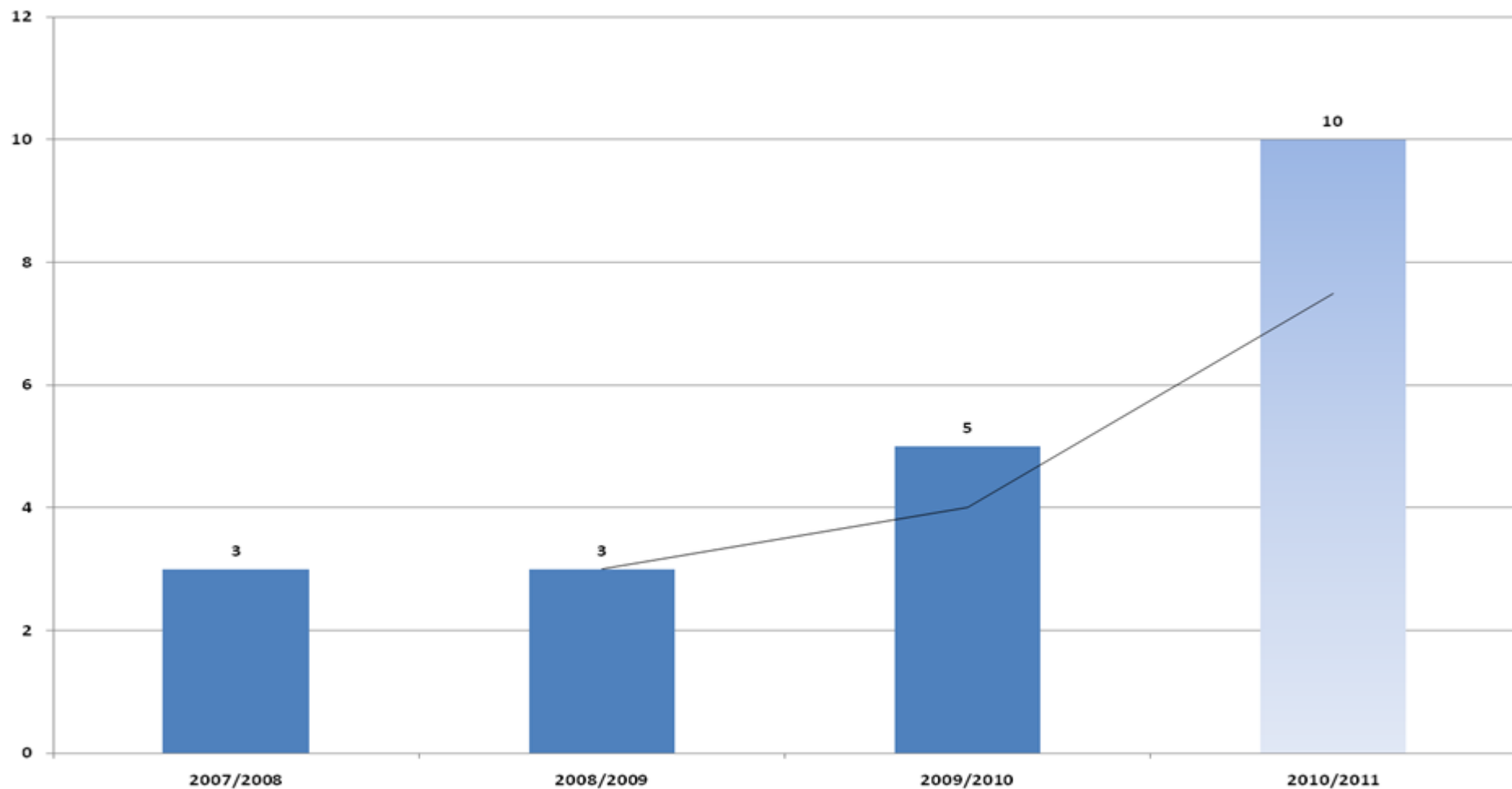
O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Oportunidades de mobilidade

Mobilidade de Estágios Profissionais Erasmus



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Oportunidades de mobilidade

Consórcios Erasmus





O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

Financiamento da Mobilidade Erasmus

Dimensão social



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social

Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social

*Os estudantes têm interesses distintos e são **provenientes de diferentes níveis sociais**, mas o mais importante é que todos tenham **os mesmos direitos e as mesmas oportunidades**. Especialmente, os estudantes com necessidades especiais (special needs) são aqueles para quem a discriminação positiva é necessária para **assegurar a igualdade de oportunidades**.*

*The opinion of the Erasmus Student Network – International (ESN) on the Bologna Process
(2007)*



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social

Bolsa de Mobilidade Erasmus
(Verba Comunitária)

-Definição de *Bolsa Mínima Erasmus*: **200,00€mês**

-Definição de uma *Tabela de Bolsas Erasmus Recomendada* (2009/2010):

a)Estudos – **300,00€mês***

b)Estágio Profissional Erasmus – **400,00€mês***

* Valor médio



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social

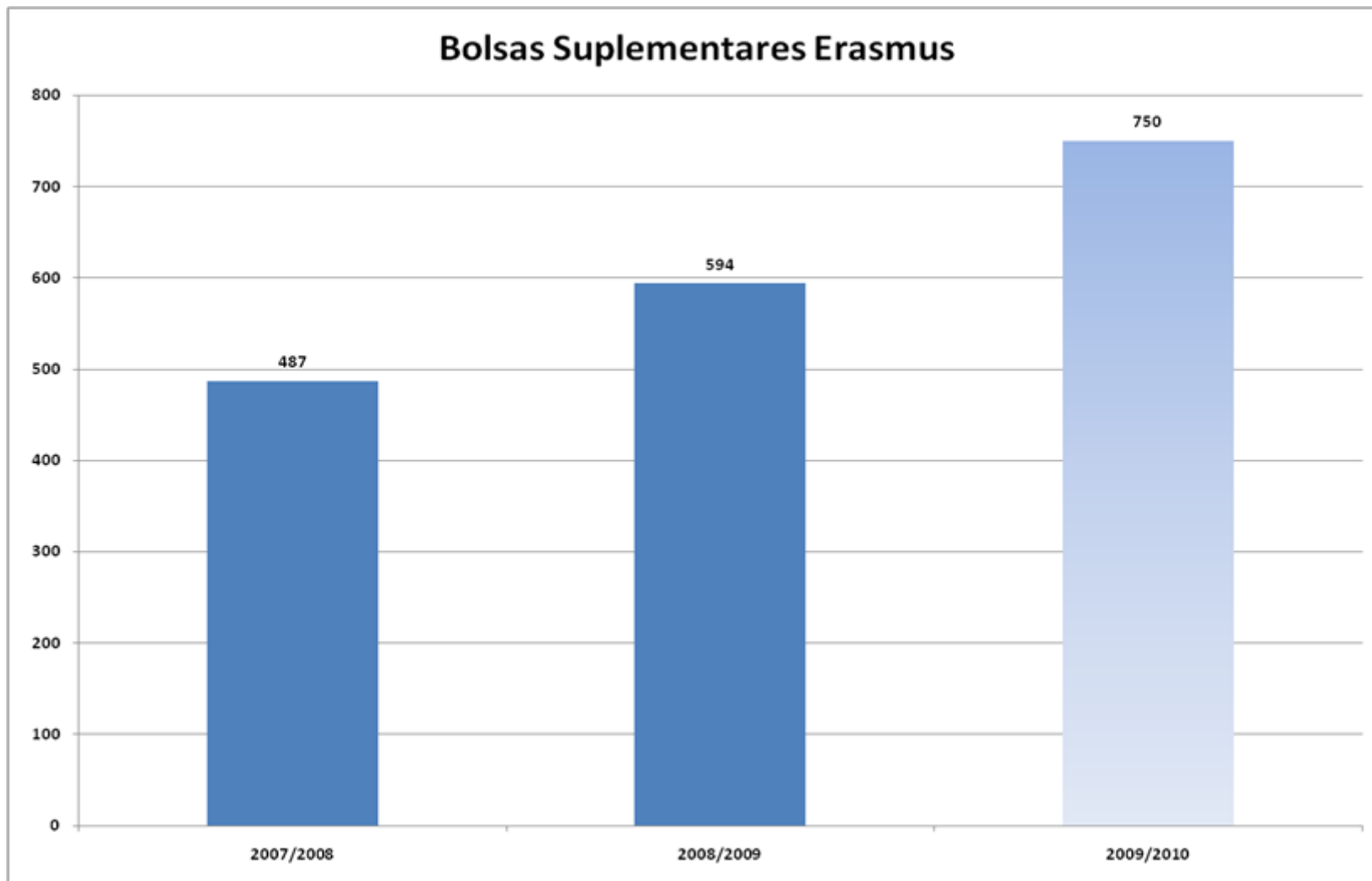
Bolsas Suplementares Erasmus (BSE)
para
Estudantes com dificuldades socioeconómicas

(Despacho n.º 17706/2009, 31 de Julho 2009)

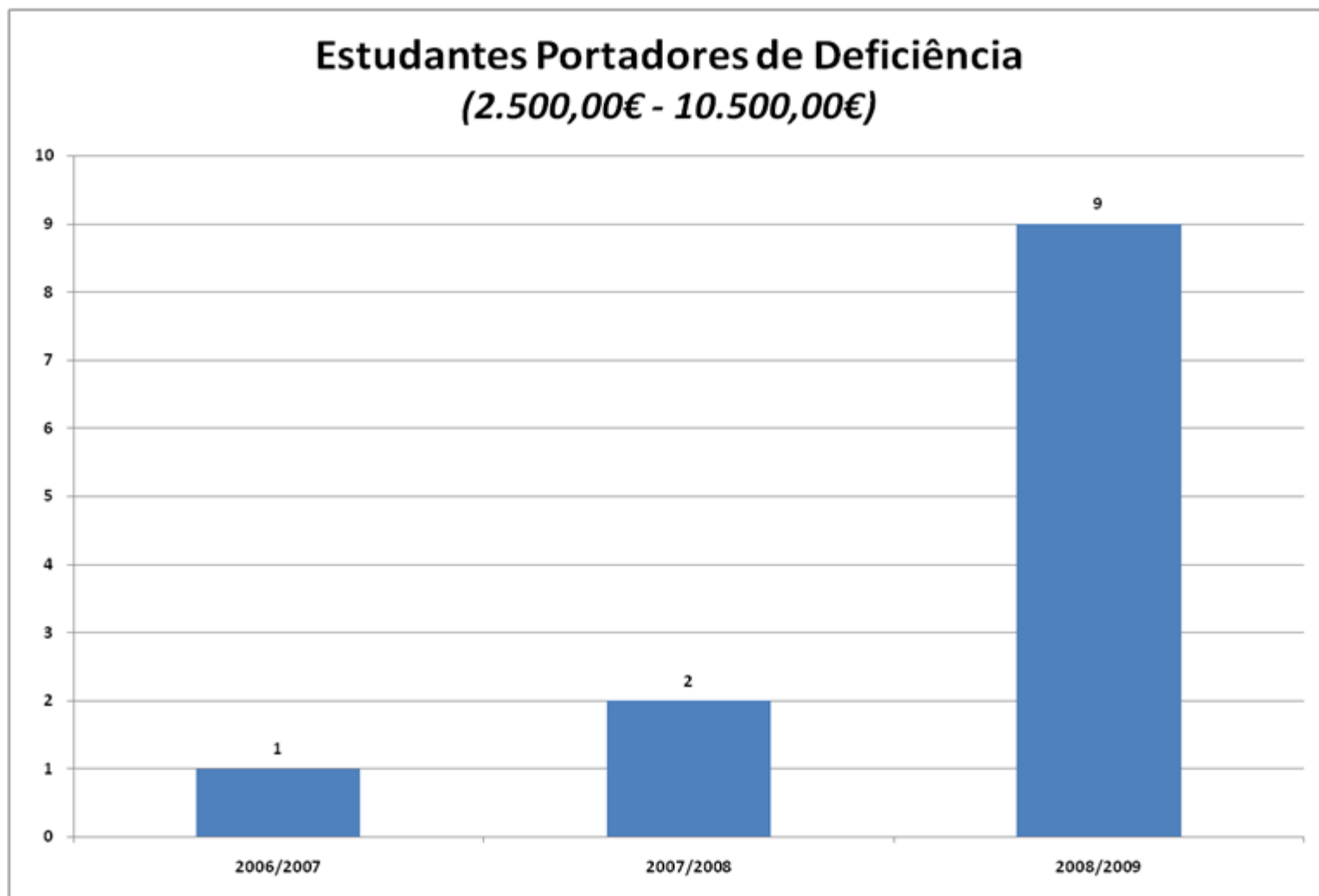
1. Aumentar a **base social** da mobilidade Erasmus
2. Promover a **qualidade** financeira da mobilidade
3. Promover a **igualdade de oportunidades**
4. Assegurar uma bolsa suplementar de montante não inferior a 50% do valor da bolsa mínima Erasmus (**Bolsa Erasmus + SAS + BSE**)



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha
Financiamento da Mobilidade Erasmus – Dimensão social





O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha

Obstáculos/Desafios à Mobilidade de Estudantes Erasmus:

Reconhecimento, Cooperação e Empregabilidade



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha Obstáculos/Desafios à Mobilidade Erasmus

Reconhecimento acadêmico

*Como o nosso estudo indica, nem todos os estudantes receberam reconhecimento acadêmico das suas disciplinas no estrangeiro. Apenas metade dos inquiridos (52%) tiveram **todos** as suas disciplinas reconhecidos pela sua IES de origem após regresso da mobilidade; **28%** tiveram **a maioria** das suas disciplinas reconhecidas; **13%** apenas **algumas** disciplinas e **7%** dos alunos **não recebem** qualquer reconhecimento.*



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha Obstáculos/Desafios à Mobilidade Erasmus

Cooperação bilateral

Os **problemas de reconhecimento** e a aplicação demasiado complicada dos **procedimentos** são referidos como obstáculos à mobilidade, como são, também, os **diferentes calendários académicos** na Europa. [...] Contudo, as instituições de ensino superior que fazem **uso dos ECTS** para reconhecimento dos períodos de mobilidade em **articulação** com um **contrato de estudos** (learning agreement) relataram poucos ou nenhuns problemas com o reconhecimento da mobilidade dos estudantes.

Trends IV: European Universities Implementing Bologna
Sybille Reichert and Christian Tauch
European University Association – EUA (2006)



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha Obstáculos/Desafios à Mobilidade Erasmus

Empregabilidade

A **empregabilidade** é uma prioridade fundamental na reforma dos currículos em todos os ciclos. Essa preocupação transcende as fronteiras nacionais e as prioridades de execução. No entanto, os resultados revelam também que há ainda muito a fazer para traduzir esta prioridade numa **prática institucional**. [...] Um dos principais desafios para o futuro é **reforçar o diálogo com os empregadores e stakeholders**. Para muitas instituições, na verdade, isso requer uma **mudança de cultura institucional**.

Trends V: Universities shaping the European Higher Education Area
David Crosier, Lewis Purser & Hanne Smidt
European University Association – EUA (2007)



O Programa Erasmus e o Processo de Bolonha Obstáculos/Desafios à Mobilidade Erasmus

Empregabilidade / Estágios Profissionais Erasmus / Consórcios Erasmus

*Para os estudantes, a mobilidade, sob a forma de estágios curriculares ou extra-curriculares, oferece uma oportunidade ideal para **construir a consciência do seu futuro profissional**, através do contacto com a indústria e com os mercados relevantes no âmbito da sua área de estudo. Para os estudantes, efectivamente, os estágios proporcionam oportunidades de aprendizagem ideais para o desenvolvimento de competências relevantes que contextualizam o conhecimento adquirido na universidade, e incentivam a aspiração de adquirir mais conhecimento no futuro. Para além disso, os estágios podem levar a emprego no futuro.*

*A new partnership for the modernization of universities:
The EU Forum for University Business Dialogue (2009)*

AGÊNCIA NACIONAL **PROALV**

PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

*Obrigado
pela
Vossa atenção*

erasmus@proalv.pt



ESTGF

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

**SISTEMAS DE GESTÃO DA
QUALIDADE NO ENSINO
SUPERIOR**

Luís Lima

Contexto

Sistema de Gestão da Qualidade da ESTGF

ISO 9001 vs. European Standards and Guidelines

SG (nível 1)

Conclusões

cola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
(STGF)

uma das sete unidades orgânicas do IPP

início de actividade em 1999/2000

quatro licenciaturas (regime diurno e pós-laboral) e um
estrado

ursos de especialização tecnológica (nível IV)

comunidade escolar: 100- colaboradores e 1000+

estudantes (1º e 2º ciclo)

Ano Estratégico IPP 2001-2005: implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade baseados na norma ISO 9001 nas Unidades Orgânicas

Primeira escola certificada: ISEP (2001)

Implementação na ESTGF durante o ano de 2005

Certificação desde Fevereiro de 2006 – âmbito *Ensino Superior Politécnico*

Referencial ISO 9001:2000 (9001:2008 desde Janeiro de 2009)

International Workshop Agreement IWA 2:2003 (orientações para ISO 9001 em instituições de ensino)

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

**Gestão
Estratégica P601**

**Satisfação dos Antigos
Estudantes e Outras
Partes Interessadas
PR07**

**Avaliação Interna e
Externa PR06**

**Actividade Lectiva
PR05**

**Logística da Actividade
Lectiva PR04**

**Serviços Académicos
PR03**

**Promoção e Marketing
PR02**

**Concepção e Revisão de
Cursos PR01**

**Gestão de Recursos
Humanos PS03**

Melhoria PS02

**Gestão de Infra-estruturas
e Equipamentos PS05**

**Gestão de Sistemas
Informação PS06**

Compras PS01

**Elaboração do Orçamento
Anual PS04**

**Programas de
Mobilidade PS07**

PROCESSOS
DE GESTÃO:

PROCESSOS
REALIZAÇÃO

PROCESSOS
SUPORTE

Revisão ao Sistema de Gestão da Qualidade (2x/ano)

- Reunião com todos os responsáveis por processos de qualidade
- Revisão de quadro de indicadores por processo
- Preparação do plano anual de actividades
- Análise SWOT
- Definição de objectivos operacionais (BSC alinhado pelo plano estratégico do IPP)
- Apoio do Gabinete de Prospectiva e Planeamento

Entradas

- Plano de Desenvolvimento (plurianual)
- Plano de Actividades do ano anterior
- Orçamento do ano anterior
- Plano de Monitorização e Medição
- Missão, Visão e Política
- Resultados de Auditorias
- Análise das acções correctivas desenvolvidas/ implementadas
- Análise acções preventivas desenvolvidas/implementadas
- Relatório de Actividades e resultados obtidos
- Alterações na organização
- Propostas de melhoria internas e de partes interessadas
- Resultados da análise estratégica

idas

- Recomendações para elaboração/revisão do Plano de Desenvolvimento
- Recomendações para o Plano de Actividades
- Plano de Monitorização e Medição com indicadores revistos novas metas
- Recomendações para o Orçamento para o ano seguinte
- Identificação dos recursos necessários, nomeadamente, recursos humanos, infra-estruturas, ambiente de trabalho
- Sistemas de informação, recursos financeiros e os planos
- Formação e de auditorias

Indicadores

- Cumprimento anual de objetivos
- Taxa de empregabilidade por curso
- Rácios
 - Candidatos/vagas
 - Colocados/vagas
 - Candidatos 1ª opção/vagas
 - Colocados 1ª opção/vagas
- Médias de entrada
- Relacionamento com entidades/empresas

de cursos

propostas de criação/revisão de novos cursos de
2º ciclo

avaliação anual da necessidade de criação/revisão

- Plano de Desenvolvimento

- Necessidades detectadas na região

- Proposta interna

- Recomendações do Conselho Consultivo

- Resultados de *benchmarking*

actividade lectiva

distribuição de serviço lectivo

elaboração de horários

elaboração de Unidade Curricular

avaliação semestral de Unidade Curricular

identificação de necessidades de material e salas

estado dos laboratórios

indicadores: associados à disponibilidade de

recursos

leccionação

Calendário escolar

Horário de atendimento

Preparação de aulas e disponibilização de materiais didácticos

Registos associados à leccionação: sumários e presenças

UC projecto/estágio

avaliação

Avaliação contínua

Exames: preparação e realização

indicadores

Cumprimento dos programas das UCs

Taxas de sucesso

Índices de absentismo

Aulas substituídas

quérios pedagógicos (semestrais)

quérios aos docentes

quérios aos funcionários não docentes

relatórios de Unidade Curricular

avaliação semestral dos cursos

Relatório elaborado pelo coordenador de curso (análise qualitativa e quantitativa)

Proposta de acções de melhoria – intervenientes:

- Coordenador de curso
- Presidente do CTC e do CP
- Coordenadores de área técnico-científica
- Docentes das UCs do curso

Acções de melhoria e responsáveis pela sua realização são aprovadas pelo Director

externa

Processo anual de curso

Plano de estudos em vigor

Definição de objectivos do curso

Informação sobre o acesso

Regulamentos Pedagógicos em vigor

Fichas das Unidades Curriculares do curso

Relatórios das Unidades Curriculares do curso

Informações fornecidas pelos Serviços Académicos

Resultados dos inquéritos pedagógicos

Relatório / diagnóstico elaborado pelo coordenador de curso

Indicadores:

Taxas de sucesso

Resultados dos inquéritos pedagógicos

inquérito aos antigos estudantes

inquérito às empresas/entidades que acolheram

estágios curriculares

recolha de opinião das entidades empregadoras

indicadores

- Índices de satisfação

- Antigos estudantes
- Empresas/entidades que acolheram estágios

Referencial ISO 9001 é compatível com directrizes para a garantia da qualidade interna?

Relatório de avaliação externa EUA (2007)

ENQA report on Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area, 2009, Helsinki, 3rd edition

Directrizes ESG

	Cláusulas ISO 9001				
	4. Sistema de gestão da qualidade	5. Responsabilidade da gestão	6. Gestão de recursos	7. Realização do produto	8. Medição, análise e melhoria
Políticas e procedimentos para a garantia da qualidade	X	X			X
Aprovação, monitorização e revisão periódica dos programas				X	X
Avaliação dos estudantes				X	
Garantia da qualidade do corpo docente			X		
Recursos de suporte à aprendizagem e serviços de apoio aos estudantes			X		
Sistemas de informação	X			X	X
Publicitação da informação				X	

ESG	ISO 9001	
Políticas e procedimentos para a garantia da qualidade		
<p>Definição de uma política e procedimentos associados à garantia da qualidade;</p> <p>Definição e implementação de uma estratégia para a melhoria contínua da qualidade.</p> <p>Desenvolvimento de uma cultura da qualidade;</p>	4.1.	Estabelecimento, documentação, implementação e manutenção de um SGQ
	4.2.	Inclusão na documentação de procedimentos documentados necessários para garantir a eficácia do SGQ
	5.1.	Comprometimento da gestão ao nível, nomeadamente do estabelecimento da política e objectivos da qualidade
	5.2.	Focalização no estudante tendo em vista aumentar o seu nível de satisfação
	5.3.	Definição de uma política da qualidade
	5.4.	Definição dos objectivos da qualidade
	5.5.	Determinação e comunicação das responsabilidades das autoridades dentro da IES
	5.6.	Revisão do SGQ para assegurar que se mantém apropriado, adequado e eficaz
	8.1.	Monitorização, medição, análise e melhoria do SGQ
	8.5.	Melhoria contínua da eficácia do SGQ

ESG	ISO 9001	
Planejamento, monitorização e revisão periódica dos programas		
Implementação de mecanismos para planeamento, monitorização e revisão periódica dos programas	7.1.	Planeamento da realização do serviço
	7.2.	Determinação e revisão dos requisitos dos estudantes
	7.3.	Concepção e desenvolvimentos dos cursos
	7.5.	Fornecimento do serviço sob condições controladas
	8.2.	Monitorização e medição dos processos e dos resultados obtidos
	8.5.	Melhoria contínua da eficácia dos processos relacionados com o serviço prestado
Avaliação dos estudantes		
Implementação de critérios e procedimentos de avaliação que são aplicados de forma consistente	7.1.	Planeamento da realização do serviço
	7.5.	Fornecimento do serviço sob condições controladas, incluindo a implementação de actividades para avaliar o sucesso académico
Garantia da qualidade do corpo docente		
Garantia da qualidade do corpo docente	6.1.	Garantia dos recursos necessários para implementar, manter e melhorar a SGQ
	6.2.	Determinação da competência necessária para o pessoal que desempenha tarefas que afectem o serviço prestado e oferta de formação caso aplicável

ESG	ISO 9001	
recursos de suporte à aprendizagem e serviços de apoio aos estudantes		
Realização de recursos que sirvam de suporte à aprendizagem dos estudantes	6.1.	Garantia dos recursos necessários para implementar, manter e melhorar o SGQ
	6.3.	Disponibilidade das infraestruturas necessárias à realização do serviço
temas de informação	6.4.	Garantia das condições de trabalho que o serviço necessita
Análise e uso da informação relevante para gerir os processos de estudos e outras atividades	4.2.	Inclusão da documentação necessária para assegurar o planeamento, a operação e o controlo do SGQ
	7.2.	Determinação e revisão dos requisitos dos estudantes que inclui a recolha de informação relevante sobre o serviço prestado
	8.2.	Monitorização e medição dos processos e dos resultados obtidos
	8.4.	Recolha e análise de dados apropriados para demonstrar a adequação e a eficácia do SGQ
	8.5.	Melhoria contínua da eficácia dos processos relacionados com o serviço prestado
Divulgação da informação		
Divulgação de informação, quantitativa e qualitativa	7.2.	Estabelecimento e implementação de formas eficazes de comunicação com os estudantes e outras partes interessadas

Qualidade

- Adequação à missão e objetivos
- Satisfação das partes interessadas
- Melhoria contínua

Cultura da qualidade

- Nível individual:

- Partilha de valores, princípios e expectativas
- Compromisso com a qualidade

- Nível organizacional:

- Definição de processos para a melhoria da qualidade
- Coordenação dos esforços individuais

Factores críticos de sucesso para um SGQ

- Planeamento estratégico
- Estrutura organizacional adequada
- Empenhamento da gestão de topo
- Compromisso dos intervenientes: docentes, estudantes, não docentes
- Envolvimento das partes interessadas externas
- Sistema de recolha e análise de dados eficaz

Compatibilidade entre ESG nível 1 e ISO 9001

Experiência da ISO 9001 numa IES:

- Abordagem por processos potencia a melhoria contínua
- Monitorização, auto-avaliação e disseminação de boas práticas favorece cultura da qualidade
- Permite uma visão holística da qualidade na instituição

ESTGF

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

**SISTEMAS DE GESTÃO DA
QUALIDADE NO ENSINO
SUPERIOR**

Luís Lima (lcl@estgf.ipp.pt)

Sistemas integrados de GQ. Reflexões a partir do caso UL

Ana Nunes de Almeida

Pró-Reitora, UL

Investigadora coordenadora, ICS-UL

ana@ics.ul.pt

GQ – cf. EUA

✓ O conjunto de actividades que permitem

↳ definir, assegurar e promover a **Q** nos SES (todas as vertentes), baseados em padrões de excelência internacional

↳ Assegurar a **adequação**, aproximação **práticas – missão e objectivos** da I

» processo/mudar para **melhor** (vs. juízos de uns contra outros) + **prestar contas**

↳ Instrumento de **inovação e criatividade**

EUA: recomendações

- ✓ Perspectiva **compreensiva**: I um todo
- ✓ GQ feita por medida, "**context sensitive**"
- ✓ **Inclusiva** e **participada** (vs. clubes de "experts")
- ✓ **Liderança**: top-down + bottom-up
- ✓ Correr **riscos** e assumir **falhas**
- ✓ **Partilhar** experiências, **divulgar** boas práticas
- ✓ Estruturas **ligeiras** e não burocráticas
- ✓ Implica um olhar **de dentro** e um **olhar de fora**

UL: primeiros passos

- ↳ Desde 1997: processos de avaliação externa
- ↳ Reforma de **Bolonha**: mobilidade, comparabilidade. GQ 1ª linha
- ↳ 2006. Vice-reitor **visita** UO, etapas para a promoção de uma cult de Q.
- ↳ constituição do **GTGQ**. Missão, objetivos da GQ, instrumentos/processos de avaliação comuns à UL

A avaliação institucional EUA

- ↳ precipita a reflexão e a acção (produção de um SER)
- ↳ Conteúdo segundo **guidelines** pré-definidas
 - **Contexto** institucional
 - **Normas e valores** (missão e objectivos, constrangimentos e oportunidades – *what is it trying to do?*)
 - **Organização e actividades** (*how is it trying to do it?*)
 - **Práticas de GQ** (*how does it know it works?*)
 - Gestão estratégica e **capacidade** para a **mudança** (*how does it change in order to improve?*)

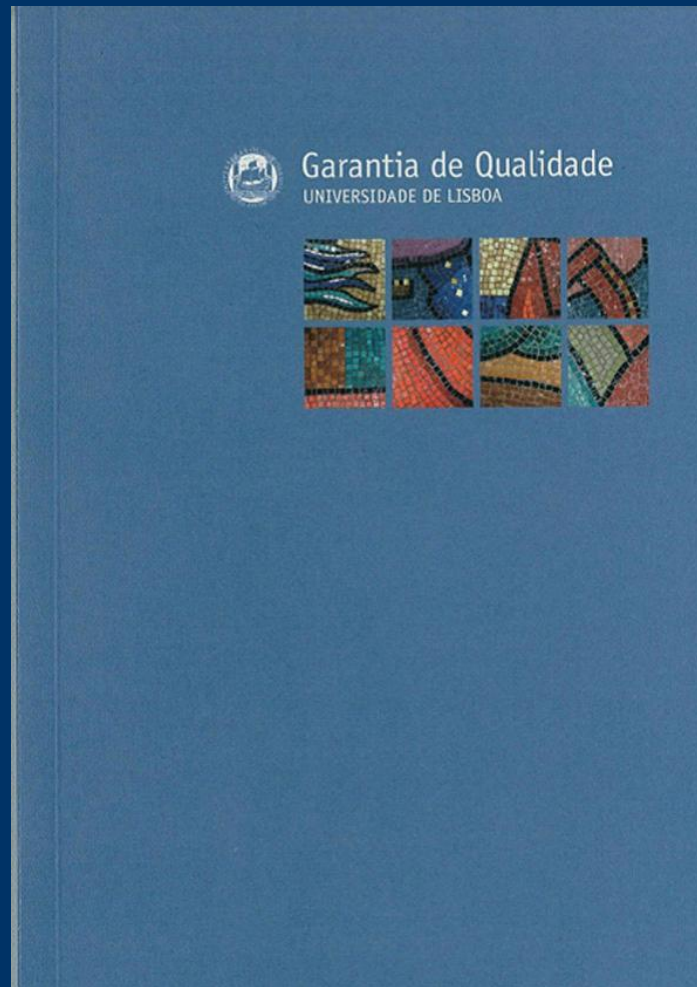
A avaliação institucional

- pensar **colectivamente** a UL (passado recente e prospectivo)
- **sistematização**: análise SWOT
- criar novos/comuns **instrum/bases dados**
- estudar e interpretar **diversidade**
- Recolher **evidência empírica** actualizada.
Sistema de informação

GTGQ, 2008

- **Composição:** “árvore ligação” Reitor – Pró-Reitor – UO
- Os vários corpos: docentes, investigadores, representante AAUL, funcionário
- “**Embaixadores**” (empossados pelos Directores, agentes de difusão da cultura interna de GQ no terreno)
- Task force intensamente “**focada**”. Núcleo da tomada de decisão estratégica.
- Apoio de Gabinete técnico

GTGQ, 2008



Objectivos Gerais GQ

- ↳ **aperfeiçoamento institucional**, excelência desempenho cumprimento missão UL
- ↳ Em **todas** as suas **áreas**: formação, investigação, divulgação, serviços e apoio social aos estudantes, serviços à comunidade, gestão técnico-administrativa
- ↳ **Modos funcionamento**: eficiência, eficácia, transparência e visibilidade de resultados
- ↳ **Participação** de todos: análise, reflexão, debate, presente e futuro
- ↳ Regular e implementar **calendários de avaliação** (auto-avaliação e externa). Guiões estudantes, professores testados.

Objectivos Gerais GQ

- ↳ **divulgação** resultados da avaliação, **recomendação** de boas práticas
- ↳ Criação e manutenção de **bases de dados**, construção de **indicadores** e recolha informação.
 - Indispensável: exigências acreditação/avaliação **A3ES**; **sistema de informação integrado**: expectativas, realidds, especificidd e satisfação

GTGQ...

Mar de rosas?...!

– **Iliteracia**

- Colegas... **desconfiança** e desinteresse: mais uma sobrecarga.
- Dificuldd colaboração activa das estrut intermédias e inferiores. **Pequenos poderes.**
- GQ = avaliação e **penalização**
- Inexistência ou **lacunas** nas bases de dados
- Disparidd mecanismos administrativos e organizacionais (comparação interna?). **Culturas "locais".**

GTGO...

- ↳ **Liderança** mobilizadora
- ↳ **Estrutura permanente** mas sem armadura burocrática
- ↳ Partir da **diversidade** para construir um **percurso colectivo**
- ↳ **Comprometimento político inequívoco** do Reitor/Directores
- ↳ **Envolvimento** dos estudantes.
- ↳ Desenvolver, alargar "**círculos de discussão**" questões de **GQ** (ex: seminários "bem estar").

Título Evento: O Contributo de Bolonha na Prossecução da Qualidade no Ensino Superior

Tipo de Evento e promotores (Conferência/Seminário/Jornadas/etc.): Encontro promovido pelo GT2 da Comissão Sectorial para a Educação e Formação do Instituto Português da Qualidade

Data: 21 de Outubro de 2009

Local: Auditório do Instituto Português da Qualidade - Caparica

Objectivo:

Divulgar práticas inovadoras no âmbito da promoção da qualidade na prossecução dos objectivos de Bolonha, tendo em conta as directrizes do regime jurídico de avaliação do ensino superior no âmbito da oferta educativa, mobilidade e sistemas de qualidade.

O Evento pretendia promover o debate sobre as diferentes perspectivas e lógicas, individuais ou institucionais, no desenvolvimento de sistemas/iniciativas de promoção e avaliação dos objectivos de Bolonha, com especial enfoque no seu contributo para a melhoria da Qualidade das Instituições de Ensino Superior

Principais conclusões (resumo):

SESSÃO DE ABERTURA:

Na sessão de abertura, em representação do Presidente do IPQ, o Vice-Presidente, deu as boas vindas aos participantes e congratulou-se com a realização anual destes Encontros e com o interesse e grau de participação sempre manifestado pela comunidade académica.

Referiu que Qualidade e Inovação são efectivamente palavras-chave para encontrar caminhos para a Excelência na Educação.

A Coordenadora do GT2 (Eng^a Alexandra Pontes), em representação da coordenadora da CS11, fez uma breve apresentação da Comissão Sectorial para a Educação e formação e das actividades desenvolvidas nos últimos anos. Seguidamente, e pelo facto do representante da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior ter manifestado a sua impossibilidade de estar presente na véspera do evento, um dos membros do GT2 (Dr^a Marta Pile) fez uma breve apresentação das actividades desta Agência nos últimos 3 meses.

A OFERTA EDUCATIVA

Moderador: Prof. Doutor João Carlos Relvão Caetano, *Pró-Reitor para o Reordenamento Institucional da Universitária da Universidade Aberta*

Na introdução deste Painel, o Pró-Reitor da Universidade Aberta lamentou o facto das Universidades Portuguesas se encontrarem em posições relativamente “baixas” nos rankings internacionais e lembrou que o trabalho feito pelas Universidades, no âmbito do processo de Bolonha, até esta data, foi uma operação de reengenharia curricular. Referiu entender que os temas escolhidos para este Encontro focam exactamente todo o trabalho que urge fazer para completar o Processo de Bolonha.

TEMA 1: Estrutura Curricular e Modelo Pedagógico

O Prof. Doutor Tawfiq Rkibi, *Director do Instituto Superior de Línguas e Administração*, apresentou uma visão geral da implementação do Processo de Bolonha na instituição que dirige focando os seguintes aspectos, que considera essenciais.

Declarou, como princípio fundamental do ISLA, que a qualidade neste Instituto se entende revelada não pelo ensino que a instituição ministra mas sim pela empregabilidade dos seus diplomados e pelo sucesso da sua carreira profissional.

Apresentou, de forma sucinta, aqueles que considera os objectivos mais relevantes da reforma de Bolonha, a face visível e invisível desta reforma, os factores que a condicionam e as suas consequências para o ISLA, nomeadamente, a dificuldade que se verifica em atingir um dos objectivos mais evidentes da reforma (a comparabilidade), a resistência cultural dos estudantes e dos próprios docentes, as exigências do RJES que têm obrigado a dispensar alguns docentes especialistas por não terem o grau de Doutor, os custos associados, a falta de preparação de alguns estudantes que ingressam no ensino superior, esta última consequência do “acesso a maiores de 23 anos” (20% dos alunos do ISLA) e do “facilitismo” que se verifica nos graus de ensino anteriores.

Por fim, foram apresentadas as respostas do ISLA a estas consequências da Reforma de Bolonha: o ISLA está a cumprir os rácios obrigatórios por força da Lei, os novos alunos têm aulas de preparação durante todo o mês de Setembro nas disciplinas consideradas fundamentais ou mais difíceis, foi criada uma tutoria assumida pelos discentes e por docentes recrutados para este efeito; a plataforma de *e-learning* do ISLA passou a ter um carácter obrigatório para todos os docentes e tem-se revelado fundamental para os trabalhadores-estudantes (disponibilizados exames resolvidos, fichas de trabalho, bibliografia, incluindo a animação de grupos de

discussão); foram ainda tomadas medidas para reduzir o tempo gasto pelos estudantes/entraves em processos administrativos com a criação da secretaria virtual, e feito um esforço para que os docentes apresentem actividades extra-curriculares (profissionais que vêm às aulas falar do seu ofício, seminários, encontros, ...).

TEMA 2: Novos Públicos e Internacionalização

Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, Vice-Presidente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador do Mestrado em "Património Europeu, Multimédia e Sociedade de Informação" apresentou este mestrado, leccionado na Universidade de Coimbra em total parceria com outras universidades do Norte da Europa (4 instituições, 3 delas estrangeiras), tendo como público-alvo alunos internacionais (o 2º semestre os alunos vão para uma das universidades estrangeiras), tendo os diplomados emprego em qualquer um dos países envolvidos.

Testemunhou que apesar da Reforma de Bolonha ter facilitado a internacionalização - o programa deste ciclo de estudos é oficialmente internacional (co-financiado pela EU) e as bolsas Erasmus facilitam a mobilidade associada a este Mestrado - constata que permanecem, sem solução, os seguintes problemas: a calendarização escolar entre os países envolvidos é muito diferente chegando a verificar-se uma diferença de 7 ou 8 semanas no início das aulas de um país para o outro; há uma grande assimetria de propinas e custos; em cada instituição é estabelecido um programa de cooperação numa área disciplinar distinta da área disciplinar da(s) instituição(ões) parceira(s).

A qualidade tem-se revelado uma questão absolutamente fundamental neste tipo de oferta educativa: faz parte dos requisitos de candidatura a existência de um procedimento formal de qualidade.

Foi elaborado um Manual da Qualidade do Mestrado onde estão claramente explicados de forma inequívoca, por exemplo, os procedimentos e as responsabilidades de cada um.

Por fim, foi referido que as universidades devem estar preparadas/organizadas para ensinar português de qualidade aos alunos estrangeiros.

A MOBILIDADE

Prof. Doutor Sebastião Feyo Azevedo, Docente e Director do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Delegado Nacional do Bologna Follow-Up Group moderou o 2º painel do Encontro, subordinado a este tema.

TEMA 1: Estudantes

O Dr. Carlos Sousa, Agência Nacional PROALV, apresentou as medidas de apoio à mobilidade dos estudantes do Programa ERASMUS.

Os diferentes níveis sociais dos estudantes não podem constituir um obstáculo à mobilidade. Em 1987 = 25 estudantes, e a previsão para 2009 é de 5500. Foram, por isso, definidos valores de referência à escala europeia (mínimos e médios) para as bolsas Erasmus, diferenciadas por países de acolhimento (previsão 2009/2010 bolsa estudos=300€/mês estágios=400€/mês).

Uma outra iniciativa socialmente relevante, inédita, é a bolsa Suplementar Erasmus, que visa alargar a base social da mobilidade, promover o suporte financeiro destes estudantes e a igualdade *de* oportunidades.

Para os estudantes portadores de deficiências, as necessidades específicas são analisadas caso a caso e há uma tentativa de que sejam criadas as condições para que possam entrar em mobilidade (pode incluir a necessidade de um acompanhante no programa de mobilidade).

Um dos maiores constrangimentos frequentemente associados à mobilidade dos estudantes relaciona-se com o reconhecimento académico: inquéritos realizados no âmbito do programa permitem induzir que os maiores obstáculos ao reconhecimento estão relacionados com casos de alteração das disciplinas realizadas pelos próprios estudantes em mobilidade sem aviso prévio da sua instituição; este obstáculo surge também associado a casos em que o conteúdo programático das disciplinas foi alterado, sem aviso prévio.

A língua de ensino/aprendizagem pode, também constituir um obstáculo pois verifica-se que um conjunto de Universidades estrangeiras começa a exigir ao estudante certificado de domínio da língua.

Cooperação Bilateral: a confiança dos acordos que sustentam a mobilidade dos estudantes é muito importante e passa pela verificação da "manutenção" ou "não alteração" dos currículos aquando da assinatura dos acordos.

O início do ano lectivo em diferentes alturas do ano é um constrangimento ainda por resolver.

O reforço do diálogo entre o ensino superior e as empresas é fundamental: requer uma alteração da cultura institucional; dentro

dos próprios consórcios Erasmus há a preocupação de envolver empresas satélites nos estágios dos recém-licenciados.

Os estágios são a oportunidade ideal para o estudante construir a consciência do seu futuro profissional e pensa-se criar uma bolsa suplementar (BSE) de no mínimo 100€.

TEMA 2: DOCENTES/NÃO DOCENTES

A Prof. Doutora Helena Pereira, Vice-reitora da universidade Técnica de Lisboa referiu que o programa Erasmus já tem verbas alocadas a funcionários não docentes e a docentes. No entanto, estas verbas são irrisórias.

As competências alargadas dos não docentes só podem ser devidamente tratadas se, por exemplo, funcionários dos Gabinetes de Relações Internacionais e Serviços Académicos, dois eixos fundamentais das Universidades portuguesas e com os quais se pode fazer benchmarking, puderem entrar em programas de mobilidade, aprender com congéneres e partilhar experiências. É também muito importante o intercâmbio de experiências dentro do país.

A Vice-Reitora da Universidade Técnica de Lisboa tem tido a experiência de formular os documentos técnicos legais necessários para suportar a oferta de graus conjuntos, depois de já elaborados os currículos e os conteúdos das ofertas formativas: constata, desta sua experiência, que as universidades necessitam de uma estratégia própria para a prossecução deste objectivo uma vez que não existem financiamentos para este fim específico.

SISTEMAS DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Moderadora: Prof. Doutora Margarida Mano, *Pró-Reitora da Universidade de Coimbra*

TEMA 1: Sistemas de Gestão da Qualidade no Ensino Superior

Oradora: Eng. Luís da Costa Lima, *Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras*

Foi referida a dificuldade de definição do conceito de Qualidade. Foi descrito o Sistema de Gestão da Qualidade desta escola superior de Felgueiras que tem 1200 alunos, 4 licenciaturas, 1 mestrado e alguns cursos de especialização tecnológica.

Foi referido que o ISEP do Porto foi a 1ª escola a ser certificada pela ISO 9001.

Foi referido que a ESTGF foi a 1ª escola a ser certificada pela ISO 9001:2008

Foi apresentado o mapa de processos e foi feita uma apresentação mais detalhada de alguns processos.

Processo de gestão – processo de gestão estratégica

- 2 revisões por ano c/ responsáveis pelos processos de qualidade

- revisão do quadro de indicadores por processo (revistos em contínuo/monitorizados)
- preparação do plano anual de actividades: swot, BSC (objectivos operacionais), apoiado pelo gabinete de planeamento e prospectiva (incluindo procedimentos de recolha externa à escola)
- concepção e revisão de cursos
- logística da actividade lectiva (serviço docente, horários, labs, ...)

Processo de realização – actividade principal

- actividade lectiva (calendário, horários, registos, ...)
- avaliações (contínua, exames, ...)
- indicadores (cumprimento de programas, taxas de sucesso, ...)
- Avaliação interna/externa (A3ES, OE, ... índices de satisfação docentes, empregadores, alunos, ...)

Processo de suporte – actividade não lectiva

Foi feita uma apresentação da interligação entre os referenciais: ISO 2008 e IWA 2003 – adaptação ao ensino superior, tendo concluído que há sobreposição na maioria dos requisitos.

TEMA 2: Sistemas Integrados de Qualidade

Oradora: Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida, *Pró-Reitora e Membro do Grupo Permanente para a Garantia da Qualidade da Universidade de Lisboa*

Garantia da Qualidade – fazer melhor/inovar/criar (improvement) e prestar contas (accountability)

Tópicos a reter num sistema de Garantia da Qualidade:

- IES como um todo
- feita à medida
- inclusiva e participada (incluir estudantes, docentes, funcionários, e um consultor/orientador externo)
- liderança mobilizadora
- correr riscos e assumir falhas
- partilhar experiências e divulgar boas práticas
- estruturas ligeiras e não burocráticas
- auto-avaliação e avaliação externa

RESUMO/PRINCIPAIS CONCLUSÕES:

O encerramento do Encontro foi feito pelos moderadores dos 3 painéis:

O Prof. Doutor Relvão Caetano lembrou a posição polémica do Presidente do ISLA relativamente à redução do número de anos para realizar os cursos mantendo as competências; referiu que a qualidade se afere pela qualidade do desempenho dos diplomados no mercado de trabalho. As grandes preocupações do Presidente do ISLA são relativas aos custos, ao acesso a novos públicos sem preparação para frequentar o ensino superior e o facilitismo do ensino secundário e a falta de diferenciação entre ensino politécnico e ensino superior; a reforma de Bolonha, no seu entender, só será efectivamente visível daqui a alguns anos.

O Prof. Ramos de Carvalho apresentou um ciclo de estudos com grande grau de inovação, que concilia a área das humanidades e da tecnologia e que tem um público-alvo internacional: esta “coisa atípica” revela como podem coexistir graus conjuntos e a cooperação entre agentes envolvidos impõe-se.

O Prof. Doutor Sebastião Feyo Azevedo referiu que a mobilidade tem sido usada como indicador visível do processo de Bolonha e, reconhecidamente, foi um objectivo não atingido nos primeiros 10 anos da implementação do processo.

Impõe-se, portanto, tomar medidas políticas para fomentar a mobilidade.

Os desequilíbrios entre o reconhecimento académico/motivos económicos, problemas de culturas, problemas de cooperação bilaterais resolve-se promovendo a urgente discussão entre colegas e desenvolvendo quadros.

O Prof. Feyo Azevedo realçou duas questões muito importantes referidas pela Vice-Reitora da Universidade Técnica de Lisboa: a da mobilidade interna, dos docentes e do pessoal não docente.

Não há grande dificuldade em cativar este último grupo para entrar em programas de mobilidade que já se consideram fundamentais para que se possa tirar partido pleno das sinergias da comunidade de Bolonha.

O terceiro Painel discutiu os Sistemas de garantia da Qualidade da Escola de Felgueiras e da Universidade de Lisboa e a Prof. Doutora Margarida Mano referiu que a primeira grande questão comum foi exactamente a necessidade de encontrar uma definição de qualidade e de ambas as instituições encontrarem na Excelência uma definição que as satisfaça.

Liderança foi, também, uma constante em ambas as apresentações.

É fundamental fazer bem e cada vez melhor o que deve ser feito.

A questão da qualidade e do conceito que lhe está associado foi fundamental nas duas apresentações deste último painel do

Encontro: o percurso da qualidade deve ser feito em função do contexto e em função da meta ("onde queremos chegar").

A escola de Felgueiras fez o seu percurso tendo como "guião" a ISO 9001, via certificação da qualidade e a Doutora Margarida Mano realçou o trabalho de comparação entre os requisitos da ISO 9001 e os requisitos da avaliação da EUA que foi apresentado no Encontro.

O percurso da Universidade de Lisboa foi distinto: esta fez um trabalho de auto-avaliação e análise.

Foi referido um equilíbrio fundamental: a dificuldade em normalizar e, em simultâneo manter a criatividade e inovação.

Mais informações (endereços internet/endereço ficheiros PDF na pasta do servidor, programa, etc):
<http://cseduform.ccems.pt/>, <http://www.ipq.pt/custompage.aspx?pagid=4436>